



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, de 2013 (Do Sr. Roberto Santiago e outros)

Requer seja realizada Sessão de Audiência Pública para tratar da suposta malversação no uso do seguro desemprego.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, a realização de Sessão de Audiência Pública para tratar da suposta malversação no uso do seguro desemprego, com a participação de representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Ministério da Previdência Social – MPS;
- Ministério Público do Trabalho – MPT;
- União Geral dos Trabalhadores – UGT;
- Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Força Sindical – FS;
- Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB;
- Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;
- Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;
- Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF;
- Confederação Nacional da Agricultura – CNA.

JUSTIFICATIVA

A realização da requerida Audiência Pública se faz necessária para debater a suposta malversação no uso do seguro desemprego. A importância da referida discussão se dá ao fato de que o governo chamou recentemente as centrais sindicais para negociar a redução dos gastos com abono salarial e seguro-



Câmara dos Deputados

desemprego, com a intenção de reduzir o déficit nas contas públicas.

Segundo o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, os gastos com o seguro-desemprego e com o abono salarial representam uma despesa de aproximadamente R\$ 47 bilhões somente esse ano. Se confirmado, o valor será 8% maior do que o que foi gasto no ano passado.

Segundo informou o presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, uma nova rodada de negociações foi marcada e não serão abordados somente o abono salarial e o seguro-desemprego, tendo como objeto de discussão também temas como dispensa sem justa causa, salário mínimo e revisão da tabela do imposto de renda.

As centrais sindicais são contrárias a essa diminuição de benefícios e defendem inclusive aumento, assim como melhoria na qualificação dos trabalhadores, o que diminui a rotatividade dos profissionais nas empresas e gera mais benefícios à economia do país.

O Ministro Guido Mantega afirmou após a reunião com as centrais que o governo está empenhado em avaliar se o aumento dos gastos com seguro-desemprego e abono salarial está relacionado à rotatividade e a possíveis fraudes praticadas por trabalhadores e empresas. Afirmou ainda que há grande preocupação do governo nesse sentido e que o encontro com os representantes das centrais sindicais foi o primeiro passo para a identificação dos problemas.

Para que o presente tema possa ser debatido entre todas as categorias envolvidas e possam ser ouvidos todos os lados, é que contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste pleito.

Sala das Comissões, de novembro de 2013.

**Deputado ROBERTO SANTIAGO
(PSD/SP)**

**Deputado SANDRO MABEL
(PMDB/GO)**